

# POLÍTICA PÚBLICA E O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE TABULEIRO GRANDE-RN

ELZA MARIA DO NASCIMENTO<sup>1</sup>  
MARIA DE FÁTIMA SOARES PINTO RODRIGUES<sup>2</sup>  
SIMONE CABRAL MARINHO DOS SANTOS

## RESUMO

O presente artigo é resultado de uma investigação realizada durante a disciplina Política e Planejamento da Educação, ministrada no Curso de Pedagogia/PARFOR (CAMEAM/UERN) sobre o Programa “Mais Educação”, desenvolvido no município de Taboleiro Grande/RN. Para fundamentá-la, teoricamente, nos apropriamos das ideias de Saviani (2008), Azevedo (2001), Oliveira (2001), dentre outros, para situar o conceito de políticas públicas. Utilizamos nessa pesquisa a técnica da entrevista, a fim de observar e descrever o funcionamento do referido Programa. Dos resultados obtidos, percebe-se que, grande parte dos que são beneficiados ou que coordenam o programa no município, não compreendem a sua importância para uma educação integral de qualidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas Públicas; Educação; Programa Mais Educação.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de uma investigação realizada durante a disciplina Política e Planejamento da Educação, ministrada no Curso de Pedagogia/PARFOR (CAMEAM/UERN) sobre o Programa “Mais Educação”, desenvolvido no município de Taboleiro Grande/RN. Para tanto, situamos o Programa à luz das políticas públicas educacionais no Brasil e no contexto educacional do referido município, ancorado nas contribuições de Saviani (2008), Azevedo (2001) e Oliveira (2001), dentre outros.

Nesse estudo, igualmente empírico, utilizamos a pesquisa qualitativa por meio da realização de entrevista pré-estruturada, seguida da análise dos dados. A escolha da entrevista se deu por ser “uma das técnicas mais simples, conhecidas e utilizadas na pesquisa educacional” (GIL, 1987 p.61).

---

<sup>1</sup> Aluna do Curso de Pedagogia do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica- PARFOR Universidade do Estado do Rio Grande do Norte- UERN *Campus* Avançado “Prof<sup>ª</sup>. Maria Elisa de A. Maia”- CAMEAM.

<sup>2</sup> Aluna do Curso de Pedagogia do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica- PARFOR Universidade do Estado do Rio Grande do Norte- UERN *Campus* Avançado “Prof<sup>ª</sup>. Maria Elisa de A. Maia”- CAMEAM.

As entrevistas foram realizadas no mês de agosto de 2013 no município acima citado. Foram entrevistados dois gestores e dois beneficiários do Programa “Mais Educação” da comunidade. A entrevista foi norteada com base nos seguintes eixos temáticos: definição do Programa; gestão do Programa; atividades desenvolvidas no programa; desafios e possibilidades do programa; acompanhamento e financiamento do Programa.

Esse artigo está dividido em três partes. Na primeira, apresentamos um breve panorama histórico das principais mudanças nas políticas públicas educacionais brasileiras, seguida de uma descrição do Programa “Mais Educação”, na segunda parte. Na terceira, trazemos para discussão a experiência do Programa Mais Educação na realidade observada, a partir da análise dos dados dos entrevistados. E, por último, as considerações finais.

## **1. BREVE PANORAMA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL**

Desde a colonização do Brasil, a igreja católica foi a instituição pioneira em matéria de educação. De acordo com Saviane (2008), a pedagogia voltada para os brasílicos foi marcada no plano da instrução elaborada por Nobrega, um jesuíta. A educação jesuíta tinha como objetivo catequizar os índios como meio de instruir e educá-los. Até os jesuitas serem expulsos pelo Marquês de Pombal em 1759, a educação jesuítica predominava no país. Com a expulsão, a coroa portuguesa destina parte dos impostos arrecadados para a manutenção da educação no Brasil. Dar-se início um esforço de laicização da educação brasileira.

No segundo período de colonização com o surgimento da máquina mercante no século XVII, a educação passa por transformações em vários campos do conhecimento, incentivada pelo Marquês de Pombal que liderou várias reformas. Seguindo o pensamento de Saviani (2008), pode-se verificar que no ano de 1759 foi pensado o que podemos considerar uma política pública da educação, a “reforma dos estudos menores”, ou seja, o ensino primário e secundário.

Após a Proclamação da Independência, em 1822, também foi instaurado debates direcionados a educação. Para Saviane (2008) o principal representante dos debates nas comissões foi Martim Francisco Ribeiro. A obra de Ribeiro é formada de “plano amplo e detalhado que previa do conjunto da instrução pública dividida em três graus”. (SAVIANI, 2008 p.120). A seguir, a divisão dos três graus presente na obra de Ribeiro:

O primeiro grau cuidaria da instrução comum tendo como objeto as verdades e os conhecimentos úteis e necessários a todos os homens, e teria duração de três anos, abrangendo a faixa etária dos 9 aos 12 anos de idade. Segundo grau, com a duração de 6 anos, versaria sobre os

estudos básicos referentes às diversas profissões. E o terceiro grau se destinaria a prover educação científica para a elite dirigente do país. (RIBEIRO, 1816 apud SAVIANI, 2008 p.120).

Chegado o século XIX, o sistema educacional do Brasil ainda não é algo consistente, pois o estado não dava à devida prioridade as questões da educação. Pode-se constatar o que foi dito segundo o pensamento de Rui Barbosa (1882 apud Saviani, 2008):

O estado no Brasil consagra a esse serviço apenas 1,99% do orçamento geral enquanto as despesas militares nos devoram 20,86% (idem p. 103). Dessa forma, o sistema nacional de ensino e o país foi acumulando um grande déficit histórico em matéria de educação. (BARBOSA 1882, APUD SAVIANI, 2008, p. 167)

Assim, constata-se que a educação no século XIX ainda não se firmava como setor, e não era prioridade do estado. Mas é no século XX, com a industrialização e o desejo de sustentar o capitalismo, surge a regulação da educação como setor da sociedade brasileira. Nesse contexto também se intensifica os debates sobre Políticas Públicas direcionadas à educação, com o intuito de prevalecer o poder burguês. Ou seja, a educação para os pobres tinha o objetivo de manter a moral e os costumes da classe dominante e garantir a mão-de-obra necessária para trabalhar nas indústrias. Nos termos de Azevedo (2001):

Por essa época, a utilização do trabalho livre começava a se impor. A conjuntura internacional e as medidas tomadas internamente apontavam para a inexorabilidade da abolição da escravatura. Para alguns, urgia, portanto, educar as massas tidas como improdutivas, sem moral, incapacitadas. Na visão destes, os “inovadores”, a educação apresentava-se como um poderoso instrumento de moralização e de adestramento para o trabalho. (AZEVEDO, 2001, p.22)

O investimento na qualificação para o trabalho, tendo em vista as demandas do mercado, são intensificadas na década de 1950, com mais afinco, na década de 1970, com a vinda de multinacionais. Assim, as políticas públicas da educação são atreladas ao contexto político e econômico da década de 1970, incorporando o viés tecnicista, ou seja, de preparação para o trabalho. Mas, é também nessa década que houve uma discussão a cerca do significado do termo sistema de ensino. Nos termos de Saviani (2008, p.120): “só é possível falar de único sistema educacional, visto que ‘o sistema resulta da atividade sistematizada; e a ação sistematizada é aquela que busca intencionalmente realizar determinadas finalidades”.

Dessa forma, o sistema de ensino não se aplica de forma separada do contexto da reforma do estado.

Em se tratando das lutas pela democratização do ensino com efeito nas políticas públicas educacionais, percebe-se que a defesa pela educação básica estava associada à defesa pelo emprego, pela sobrevivência das classes menos favorecidas. Já a defesa pelo ensino superior, mobilizava intelectuais e camadas médias da sociedade. Assim Oliveira (2001) relata:

A luta pela democratização da educação básica sempre mobilizou as camadas mais populares e revestiu-se de um aspecto de indissociabilidade entre a educação e trabalho, ou escola e emprego. Tal luta misturou-se muitas vezes com a defesa da sobrevivência e da obtenção de padrões mínimos de satisfação das necessidades vitais. Já a defesa da democratização da educação superior sempre arrebanhou seus guardiões nas fileiras das camadas médias e intelectuais. (OLIVEIRA, 2001, p.93)

É importante resaltar que as tomadas de decisões em direção às políticas públicas da educação motivaram várias reformas no contexto do Estado. Dentre estas, podemos destacar a descentralização e a regulação, ficando o governo federal com a direção e o controle de todo o sistema educacional, enquanto estados e municípios, amplia-se a responsabilidade com a gestão e o provimento da educação à população em todos os níveis da educação básica.

A década de 1990, no campo da educação, enfatiza-se a visão gerencialista baseada nos moldes empresariais, trazendo desafios para a escola como a gestão participativa, a relação intergovernamental e a intersetorialidade. É nessa década que presenciamos uma forte influência do neoliberalismo na educação resultando na diminuição da presença do estado nas políticas sociais, como a educação. As propostas neoliberais para a política educacional seguem a lógica de mercado, restringindo a ação do Estado à garantia da educação básica, e deixando os outros níveis sujeitos as leis de oferta e de procura. Temos com isso, um incentivo à privatização do ensino.

Nos anos 2000 a reforma no Estado expressa uma política de integração de todas as ações fundamentais dirigidas à manutenção e ao desenvolvimento do ensino em todos os níveis. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), criado em 2007, representa uma inovação na forma de gerenciar a Educação. Ao abrigar praticamente todos os programas em desenvolvimento pelo Ministério da Educação (MEC), abrange todos os níveis e modalidades de ensino, além de medidas de apoio e de infraestrutura.

Entre essas ações está o Programa Mais Educação (PMEd), propondo ampliar o tempo de permanência escolar e o espaço educativo para a realização de atividades educativas, artísticas, culturais, esportivas e de lazer, no contraturno escolar.

## **2. O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO**

O Programa “Mais Educação”, uma iniciativa do governo federal, surgiu com o intuito de ampliar a permanência dos alunos na escola e organizar o currículo, ou seja, do desejo por uma educação de forma integral. Para isso, há a necessidade de se ampliar o currículo, a fim de se criar um leque de possibilidades na área do ensino e aprendizagem nas escolas e comunidades, garantindo melhoria na educação das camadas mais pobres, e assim atender as necessidades dessas pessoas, através das políticas públicas.

Tendo como base leitura no manual “Programa Mais Educação, passo a passo”, do MEC, pôde-se averiguar que ele está legitimado e amparado segundo a portaria de número 17/2007 e foi integrada ao PDE, como uma estratégia na perspectiva de promover uma educação integral. O Programa está assegurado no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Lei de Diretrizes e Base (LDB) 9.394/1996.

Além disso, o programa tem uma parceria com outras áreas da sociedade, estabelecendo um diálogo com a educação e com a assistência social. O programa visa diminuir a desigualdade social e promover a diversidade sócio/cultural entre as crianças, adolescentes e jovens. Por isso, o governo conta com vários setores da sociedade como o Ministério da Educação (MEC), da cultura (MINC), do esporte (ME) do meio ambiente (MMA) do desenvolvimento social e combate a fome (MDS), dentre outros para tornar a educação de forma integral. O Programa representa uma estratégia de aproveitar o tempo e espaços em prol de uma educação melhor e de qualidade, para as camadas menos favorecidas.

### **2.1. Quem gerencia e financia o Programa**

O programa “Mais Educação” é gerenciado pela Secretaria de Educação Continuada (SECAD) com parceria da Secretaria de Educação Básica (SEB), mediatizado pelo Programa de Dinheiro Direto nas Escolas (PDDE) e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Para desenvolver as atividades previamente organizadas e divididas por macrocampos, como: pedagógico, meio ambiente, esporte e lazer, direitos humanos em

educação, cultura e artes, cultura digital, promoção da saúde, educomunicação, investimento no campo das ciências da natureza e educação econômica. Em cada macrocampo dividi-se as atividades de acordo com as especificidades de cada macrocampo e levando em consideração o contexto das pessoas atendidas pelo programa.

## **2.2. Quem são os profissionais responsáveis pelo desenvolvimento do Programa na escola**

De acordo com a Lei nº 9.608/1998, que dispõe do serviço voluntário, podem participar do programa pessoas envolvidas e compromissadas em melhoria da educação, “profissionais da educação, educadores populares, agentes culturais (monitores, universitários com formação específica no macrocampo). Essa é uma tática para reunir toda a comunidade na defesa de um bem comum desenvolvimento eficaz da educação e melhor qualidade do ensino e aprendizagem dos alunos, evitar dentre outros problemas, a evasão e repetência dos alunos da escola. Nesses termos vejamos:

Nessa nova dinâmica, reafirma-se a importância e o lugar dos professores e gestores das escolas públicas, o papel da escola, sobretudo porque se quer superar a frágil relação que hoje se estabelece entre a escola e a comunidade, expressa inclusive na conceituação de turno x contraturno, currículo x ação complementar. As atividades poderão ser acompanhadas por estudantes universitários, em processo de formação específica nos macrocampos e com habilidades reconhecidas pela comunidade, estes por estudantes do ensino médio e estudantes do EJA. (BRASIL, 2007 p. 08).

Algumas características são importantes na seleção do professor comunitário, apesar de não haver uma definição exata para se exercer essa função. A princípio ele deve ter um vínculo muito forte com a comunidade escolar, pois ele vai intermediar o programa entre os envolvidos. Como escutar os companheiros e estudantes, aberto as múltiplas linguagens, que apoia as novas ideias e transforma as dificuldades em oportunidade e gosta de compartilhar as histórias e problemas das famílias e da comunidade.

## **2.3. Como são desenvolvidas as atividades no Programa**

As atividades do programa são organizadas e realizadas de acordo com a realidade, contexto histórico das famílias beneficiadas, ou seja, as atividades devem ser um diferencial tendo como parâmetros os macrocampos e a realidade da comunidade escolar inerente às

atividades já desenvolvidas na escola para assim estimular a permanência dos alunos no programa e não se restringir apenas às atividades cotidianas na sala de aula. Elas devem aproveitar as diferentes linguagens para demonstrar suas emoções.

#### **2.4. Os beneficiários do Programa**

Os beneficiários do programa devem atender aos seguintes critérios: estudantes que estão em situação de risco, vulnerabilidade social e sem assistência, estudantes incentivadores e líderes positivos, alunos em defasagem série/idade, estudantes das séries finais da 1ª fase do ensino fundamental (4º / 5º anos), nas quais há uma maior evasão na transição para a 2ª fase; estudantes das séries finais da 2ª fase do ensino fundamental (8º e/ou 9º anos), nas quais há um alto índice de abandono; estudantes de séries onde são detectados índices de evasão e/ou repetência.

#### **2.5. O papel da escola**

A escola deve estar em diálogo com o projeto político pedagógico levando em consideração o contexto histórico e social de cada comunidade atendida pelo programa. O diretor da escola deve fazer o acompanhamento do programa por meio do Conselho escolar, e deve ser um incentivador a participação, deve compartilhar as decisões e informações entre os envolvidos no programa, professores, estudantes e familiares. Ou seja, o diretor é o responsável pela mediação das ações do programa entre a comunidade escolar e todos envolvidos nesse processo.

#### **2.6. Como é a participação da família no Programa**

Para que a educação se torne integral é necessário à participação efetiva da família. A família é compreendida como uma comunidade formada por pessoas que são ou se consideram aparentadas, unidas por laços naturais, por afinidades ou por vontade expressa – participa ativamente da vida escolar. Assim, entende-se que restringir o ambiente de aprendizagem somente à escola nos dias atuais é um equívoco, pois a comunidade está permeada das múltiplas formas de cultura e aprendizagem.

### **3. O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE TABOLEIRO GRANDE-RN**

Nesse momento, passamos a discussão sobre o Programa “Mais Educação” no município de Taboleiro Grande, localizado no estado do Rio Grande do Norte. Para isso, concentramos nossa atenção nos olhares dos gestores e dos beneficiários sobre o referido programa.

Iniciamos, pois, com a visão dos gestores. Assim como o gestor 1, para o gestor 2, trata-se de uma ação de tempo integral dos alunos na escola, cujo objetivo é desenvolver as habilidades dos alunos. Percebemos que os gestores minimizam os objetivos do programa, ao restringi-lo, apenas, ao desenvolvimento das habilidades dos alunos, quando seu o objetivo é diminuir a desigualdade educacional e valorizar a diversidade cultural (BRASIL, 2007).

Outro aspecto observado foi tempo de implantação do programa no município. O gestor 2 afirmou existir, a partir de 2012, porém, é um Programa criado por lei, desde 2007, em nível nacional. Na verdade, o Programa está em fase experimental no município. Quando foi indagado aos gestores sobre quem pode ser beneficiário do programa, afirmarem que os contemplados são os alunos matriculados no ensino fundamental, em conformidade com a cartilha do MEC, que orienta dá ênfase aos anos finais da 1ª fase (4º e 5º ano) e também aos anos finais da 2ª fase (8º e 9º ano), em função da tendência de maior evasão e repetência.

Outra questão discutida foi o gerenciamento do programa. Os gestores reponderam que, em nível municipal, a responsabilidade é da Secretaria de Educação do Município e a gestão da escola; em nível nacional, os gerenciadores são o MEC e outras entidades.

Em se tratando das atividades desenvolvidas no Programa, os gestores divergiram nas respostas. O gestor 1 afirmou que as atividades são planejadas de acordo com o material fornecido pelo programa, já para o gestor 2, as atividades são planejadas entre a coordenação, professor comunitário e monitores. Ambos não mencionaram a vinculação das atividades ao Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, embora a cartilha do MEC, oriente que o desenvolvimento das atividades estejam em acordo com o PPP, uma vez que não se restringem às atividades rotineiras da sala de aula. Na verdade, deve ser feito um diagnóstico prévio para saber quais os tipos de atividades serão desenvolvidas. Na sequência, quadro de sugestão para as atividades, conforme orientação do MEC.

Quadro 1 - Grade curricular

<b>HORÁRIO</b>	<b>SEGUNDA</b>	<b>TERÇA</b>	<b>QUARTA</b>	<b>QUINTA</b>	<b>SEXTA</b>
----------------	----------------	--------------	---------------	---------------	--------------



8h às 8h45 min	Lanche	Lanche	Lanche	Lanche	Lanche
8h45 min às 10h	<b>Turma A</b> Pintura (Sala Mais Educação)	<b>Turma A</b> Acompanhamento Pedagógico (Biblioteca)	<b>Turma A</b> Dança (Pátio Escolar)	<b>Turma A</b> Percussão (Pátio Escolar)	<b>Turma A</b> Jornal Escolar (Sala Específica)
	<b>Turma B</b> Tênis (Saguão)	<b>Turma B</b> Inclusão Digital (Laboratório de Informática)	<b>Turma B</b> Rádio Escolar (Sala Mais Educação)	<b>Turma B</b> Judô (Pátio Escolar)	<b>Turma B</b> Teatro (Teatro do Município)
	Intervalo	Intervalo	Intervalo	Intervalo	Intervalo
10h às 10h30 min 10h30 min às 11h45 min	Troca A com B	Troca A com B	Troca A com B	Troca A com B	Troca A com B
11h45 min	Almoço	Almoço	Almoço	Almoço	Almoço
<b>HORÁRIO</b>					
	<b>SEGUNDA</b>	<b>TERÇA</b>	<b>QUARTA</b>	<b>QUINTA</b>	<b>SEXTA</b>
14h às 14h45 min	Lanche	Lanche	Lanche	Lanche	Lanche
14h 45 min às 10h	<b>Turma A</b> Pintura (Sala Mais Educação)	<b>Turma A</b> Acompanhamento Pedagógico (Biblioteca)	<b>Turma A</b> Dança (Pátio Escolar)	<b>Turma A</b> Percussão (Pátio Escolar)	<b>Turma A</b> Jornal Escolar (Sala Específica)
	<b>Turma B</b> Tênis (Saguão)	<b>Turma B</b> Inclusão Digital (Laboratório de Informática)	<b>Turma B</b> Rádio Escolar (Sala Mais Educação)	<b>Turma B</b> Judô (Pátio Escolar)	<b>Turma B</b> Teatro (Teatro do Município)
	Intervalo	Intervalo	Intervalo	Intervalo	Intervalo
16h às 16h30 min	Troca A com B	Troca A com B	Troca A com B	Troca A com B	Troca A com B
16h30 min às 17h45 min	Refeição	Refeição	Refeição	Refeição	Refeição
17h45 min	Refeição	Refeição	Refeição	Refeição	Refeição

Fonte: MEC (BRASIL, 2007).

Como observamos, as atividades devem ser diversificadas, ou seja, diferentes das atividades da sala de aula, abrangendo outras modalidades culturais. Essa diversificação é importante para manter o aluno no Programa. Na realidade investigada, quando indagados sobre como avaliam a participação dos alunos no programa, o gestor 1 disse que era em torno de 75% e o gestor 2, 92% de participação, o que nos parece, um dado significativo.

Referindo-se as condições físicas e matérias para o funcionamento do programa, ambos afirmaram que escola é cedida pelo Estado, fato que não impede o funcionamento da educação integral, porque a escola deve contar com todos os espaços disponíveis na comunidade. No quadro 2 destacamos o mapeamento dos espaços.

Quadro 2 - Mapeamento dos espaços

	Espaços	Horários disponíveis	Atividades
Na escola	- Biblioteca - Pátio coberto - Sala de leitura		
Na comunidade	Sala paroquial - Espaço dos escoteiros		
Em outros espaços	Museu da cidade - Pátio do Corpo de Bombeiros		

Fonte: MEC (BRASIL, 2007).

Também foi questionado as principais dificuldades para execução do programa no município. Os gestores relataram a falta de compromisso das famílias em relação ao programa e também sobre o espaço físico precário.

Questionou-se sobre o órgão responsável pelo repasse dos recursos para financiar o programa, ambos afirmaram que a responsabilidade do repasse é do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O FNDE é uma política pública estabelecida pelo governo federal, sendo o Programa Mais Educação, uma ação dentro dessa política pública voltada para a educação integral.

Em continuidade ao que foi questionado acima, perguntamos se recursos são suficientes para atender as necessidades do programa. Enquanto o gestor 1 disse não saber, o gestor 2 afirmou que sim: “os recursos são suficientes para o desenvolvimento do programa”, embora admita a limitação do espaço físico, uma vez que deixa a desejar.

Perguntados sobre os benefícios do programa, para o gestor 1, um dos principais benefícios é melhorar a aprendizagem e tirar as crianças da rua. O gestor 2 enfatizou que era desenvolver a leitura, a matemática e a convivência coletiva.

Outro aspecto que foi investigado diz respeito a quem cabe a fiscalização e acompanhamento das ações desenvolvidas pelo programa no município. O gestor 1 não sabia e o gestor 2, afirmou ser os coordenadores gerais. No documento do MEC,

[...] Cabe também ao diretor garantir a tomada coletiva das decisões acerca das escolhas pressupostos pelo Programa Mais Educação e garantir a transferência - exposições, prestação de contas dos recursos recebidos (BRASIL, 2007, p. 09).

A partir desse ponto, descreveremos a visão dos beneficiados sobre o programa. Para início de conversa, questionamos como os beneficiados tomaram conhecimento sobre o Programa “Mais Educação” no município. O beneficiado 1 respondeu que foi na escola e que acompanha as atividades pelo caderno do filho; o beneficiado 2 respondeu que ficou sabendo através da direção escolar que fez uma reunião para apresentar o programa. Investigou-se ainda se os entrevistados teriam conhecimento do objetivo do programa. O entrevistado 1, afirmou não saber; o 2 que era para ajudar as crianças com mais dificuldades na aprendizagem.

Perguntamos aos entrevistados se sabiam quem financiava o referido programa, o beneficiado 1 respondeu não saber, o beneficiado 2 respondeu, sem certeza, que era o governo Federal. Outra questão era se os beneficiários conheciam a equipe do programa. Ambos responderam que sim.

Em outro momento, questionou-se sobre o trabalho desenvolvido pela equipe. Os dois entrevistados foram convergentes ao dizer que deveria haver profissionais melhor qualificados. Deu-se destaque ainda sobre as atividades desenvolvidas e se estas atendiam suas expectativas. Para ambos entrevistados, os profissionais que atuam no programa são pouco qualificados, sentido-se insatisfeitos com o programa. O beneficiado 1 disse que as atividades são bastante reduzidas e o beneficiado 2, que esperava melhores resultados na atividades.

No que se refere ao tempo em que são beneficiados pelo programa, ambos estão no programa há pouco tempo, cuja participação, aconteceu por terem sido convidados pela escola. Averiguamos, ainda, os recursos do programa, se o programa disponibilizava de recursos (físicos e material) suficientes para realizar as atividades. O primeiro 1 entrevistado respondeu que não recebeu material escolar, porém disse que o espaço físico é bom. Esse fato contradiz o que o gestor 2 diz sobre o espaço físico e dos recursos, pois, relata que o espaço é insuficiente, ao mesmo tempo diz que os recursos são suficientes para o desenvolvimento do programa. Enquanto entrevistado 2 disse que não sabia informar. A gestão da escola informou que ainda estavam procurando um lugar para se estabilizarem.

Quanto à questão sobre as dificuldades encontradas para a realização do programa, o beneficiado 1 diz que não encontra nenhuma dificuldade, percebe-se então que ele entra em

contradição, quando anteriormente falou que não recebeu material escolar e não havia profissional qualificado para desenvolver as atividades proposta. O beneficiário 2 continua afirmando que falta um espaço físico, melhor explicação sobre o programa, falta de qualificação dos profissionais e de material escolar.

Dando continuidade à entrevista, foi perguntado quais os principais benefícios do programa. O beneficiado 1 disse que é a retirar as crianças da rua. O beneficiado 2 diz que os únicos beneficiados é a equipe, pois os alunos não estão tendo proveito. Perguntou-se também, o que poderia ser feito para a melhoria do programa. Ambos responderam ser necessário trocar os professores por profissionais qualificados.

Percebe-se, no conjunto das falas dos nossos entrevistados, uma visão positiva do programa, apesar das dificuldades apresentadas. Há uma abertura para projetos e atividades que buscam melhorar a vida escolar. O desafio está em administrar e compreender as contradições de cada realidade educacional, de forma a integrar a escola com o seu entorno social.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste estudo as atenções foram centradas em pesquisar como o Programa “Mais Educação” está sendo desenvolvido pela Secretaria de Educação do município de Taboleiro Grande R/N. Procuramos problematizar o Programa “Mais Educação” a partir dos conceitos abstraídos dos entrevistados envolvidos no programa na referida comunidade, presente nas falas dos sujeitos da pesquisa. Sendo assim, procuramos esboçar o desenho do desenvolvimento dessa política pública educacional no município, ou seja, além de se ter uma visão sistemática, a partir das concepções de gestores e beneficiados sobre o programa.

O Programa Mais Educação é uma ação do governo federal com o intuito de tornar a educação integral, pensando garantir educação a todos os brasileiros, com objetivo, dentre outros, de valorizar a diversidade cultural das crianças, adolescentes e jovens.

Em suma, a concepção que os gestores e beneficiados têm é divergente, uma vez que para os gestores o programa “Mais Educação” desenvolvido no município é um sucesso, enquanto que os beneficiados, apresentam dificuldades como a falta de qualificação dos profissionais. Por isso, conclui-se que o programa nesse município não está sendo bem coordenado, talvez por falta de conhecimento da dinâmica e da apropriação dos fins educativos de formação em tempo integral.

Pelo exposto, fica claro que as discussões em torno dessa temática não se esgotam com essa breve pesquisa realizada no município de Tabuleiro Grande-RN. Ao contrário, nos incentiva a levantar outros e novos questionamentos, principalmente no que se refere a função social da escola e nos determinantes da política de educação em tempo integral.

## **REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS**

AZEVEDO. M. L. DE. O estado, a política educacional e a regulação do setor educação no Brasil: uma abordagem histórica In: Naura Syria Carapeto Ferreira, Mácia Angela da S. Aguiar (orgs.) **Gestão da educação: impasses perspectivas e compromissos**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Mais Educação**. Brasília-DF: Ministério da Educação, 2007.

OLIVEIRA, A. D. A gestão democrática da educação no contexto da reforma do estado. In: Naura Syria Carapeto Ferreira, Mácia Angela da S. Aguiar (orgs.) **Gestão da educação: impasses perspectivas e compromissos**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PERONI. V. **Política educacional e o papel do estado no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2003.

SAVIANI. D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.